

Plínio de Arruda Sampaio Jr.¹

No final de 2004, o Brasil perdeu um de seus mais lúcidos críticos: o economista Celso Furtado. Trabalhador incansável, suas brilhantes sínteses sobre a problemática do subdesenvolvimento pautaram os principais debates da segunda metade do século XX sobre os dilemas da formação econômica. Concorde-se ou não com sua tese, é impossível entender o Brasil moderno sem dialogar com suas criativas interpretações teóricas e históricas.

Preocupado em compreender as bases materiais da sociedade nacional, Furtado procurou estabelecer critérios racionais para a incorporação de progresso técnico. Não lhe escapou que o estilo de desenvolvimento das forças produtivas e de modernização dos padrões de consumo é correia de transmissão de valores socioculturais predeterminados. Em seu livro *“Cultura e Desenvolvimento”*, ele explicita o caráter ideológico das tecnologias: “A denúncia do falso neutralismo das técnicas permitiu que se restituísse visibilidade a essa dimensão oculta do desenvolvimento que é a criação de valores substantivos”.

Dada a ausência de critérios éticos na lógica da valorização do capital, Furtado insiste na importância crucial do poder político na definição de parâmetros institucionais que, ao cristalizar uma determinada situação de mercado, delimitam o campo de atuação da concorrência. Onde o papel decisivo do Estado nacional como instrumento de civilização do desenvolvimento capitalista. “Um sistema econômico” - afirma em *“Transformações e Crise na Economia Mundial”* - “é essencialmente um conjunto de dispositivos de regulação, voltados para o aumento da eficácia no uso de recursos escassos. Ele pressupõe a existência de uma ordem política, ou seja, uma estrutura de poder fundada na coação e/ou no consentimento”.

Logo, na sua perspectiva analítica, o desenvolvimento nacional supõe a subordinação da iniciativa privada a uma vontade política que, de uma ou de outra maneira, contemple os interesses do conjunto da coletividade. “A rigor - afirma Furtado em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* -, a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer simples desperdício de recursos a outros. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal como parte de um discurso ideológico. Assim, a concepção de

¹ Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Este artigo em homenagem a Furtado está baseado em trechos de estudos já publicados sobre seu pensamento a respeito dos problemas das sociedades subdesenvolvidas. Ele tem como objetivo contribuir para a compreensão das idéias de Furtado sobre o modo como as relações internacionais condicionam o desenvolvimento das economias periféricas.

desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica”.

Exponente do desenvolvimentismo latino-americano, Furtado foi um severo crítico do economicismo – uma forma particular de cretinismo que pensa o funcionamento da economia como um fenômeno completamente independente do resto do corpo social. Na sua opinião, os economistas que não percebem o seu meio social atuam como sacerdotes da ordem, mistificando as potencialidades do progresso técnico e racionalizando o *status quo*. “O grande alcance ideológico da ciência econômica, no sentido de contribuir para facilitar o desenvolvimento das forças produtivas no quadro do capitalismo, radica em que ela contribui para ocultar o elemento de poder que existe nas decisões econômicas, assimilando-as a ‘automatismos’ ou ‘mecanismos’, cujas leis deviam ser ‘descobertas’ e escrupulosamente respeitadas”, escreve em “*Prefácio à Nova Economia Política*”.

A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DE FURTADO

Uma das dimensões ocultas pelo economicismo é o caráter altamente assimétrico do sistema capitalista mundial e as difíceis escolhas que devem ser feitas pelas sociedades que fazem parte da periferia. Submetidas aos constrangimentos da dependência econômica e cultural e ao arbítrio da dominação política, as economias periféricas não têm como repetir as façanhas das economias centrais. Em *A Teoria do Subdesenvolvimento Revisitada*, Furtado explicita o problema: “(...) a civilização surgida da revolução industrial europeia conduz inevitavelmente a humanidade a uma dicotomia de ricos e pobres, dicotomia que se manifesta entre países e dentro de cada país de forma pouco ou muito acentuada. Segundo a lógica dessa civilização, somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social ao nível da abundância. A grande maioria dos povos terá que escolher entre a homogeneidade a níveis modestos e um dualismo social de grau maior ou menor”.

Sua teoria do subdesenvolvimento denuncia a irracionalidade de um padrão de acumulação que, ignorando as restrições objetivas decorrentes da posição periférica no sistema capitalista mundial, estabelece necessidades materiais incompatíveis com as possibilidades das forças produtivas. O resultado é a cristalização de uma sociedade marcada pela dependência externa, pela segregação social e pela heterogeneidade estrutural das forças produtivas. “O subdesenvolvimento – afirma Furtado em seu artigo *O Subdesenvolvimento Revisitado* – é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização”.

A COMPLEXA TEMPORALIDADE DA ECONOMIA PERIFÉRICA

Para Furtado, a temporalidade da economia dependente deve ser vista como parte do movimento de expansão do sistema centro-periferia. Daí, a importância de que os problemas específicos de cada sociedade sejam examinados a partir de uma visão global do modo de

funcionamento do sistema capitalista mundial. Em outras palavras, o desenvolvimento nacional deve ser entendido como parte de um processo mais amplo de difusão desigual do progresso técnico. Na introdução de *Análise do Modelo Brasileiro*, Furtado resume a essência de seu método analítico: “A partir de uma globalização histórica, identificam-se os elementos estruturais que permitem, num corte temporal, <<reduzir>> a realidade social a um sistema a que se podem aplicar os instrumentos da análise econômica. O corte temporal torna-se necessário, a fim de que certos elementos ganhem suficiente invariância para que possamos considerá-los estruturais. A globalização histórica, por sua vez, permite continuar a observar tais elementos como variáveis, que mudam de significação quando se passa de um a outro corte temporal”.

Sob tal perspectiva, o sistema capitalista mundial influencia o movimento da economia subdesenvolvida porque os padrões de consumo e eficiência produtiva irradiados do centro condicionam os fins e os meios que regem o processo de acumulação dos países dependentes. Em outras palavras, o sistema centro-periferia estabelece os parâmetros estruturais que fixam as potencialidades do processo de modernização dos padrões de consumo como instrumento de construção de um sistema econômico nacional. Trata-se de um constrangimento objetivo, determinado historicamente pelo caráter desigual de propagação do progresso técnico. Em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, Furtado insiste no caráter orgânico que vincula o desenvolvimento ao subdesenvolvimento: “Para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial”.

O sistema capitalista mundial cria obstáculos ao desenvolvimento das economias periféricas seja porque a difusão desigual do progresso técnico restringe o acesso dos países dependentes ao patrimônio tecnológico da civilização ocidental, seja porque seus princípios de organização e funcionamento exigem condições materiais, sociais, culturais e políticas que simplesmente não estão presentes nas regiões periféricas ou aí não se encontram na forma necessária para que o capitalismo possa desenvolver todo seu potencial construtivo. Neste contexto, o raio de manobra dessas sociedades é historicamente determinado pelas estruturas e pelos dinamismos que estão sendo transferidos do centro capitalista; pelas condições de acesso a tais transferências – o que depende das “exigências” do progresso técnico; e, finalmente, pelos impactos “estruturantes” e “desestruturantes” das tendências disseminadas pelas novas tendências das transformações capitalistas sobre as bases econômicas e socioculturais internas.

Contudo, como as transformações difundidas do centro precisam de suportes internos (econômicos, socioculturais e políticos) que não podem ser artificialmente transpostos para a periferia, os condicionantes externos não são capazes de definir unilateralmente o movimento das sociedades periféricas. Por essa razão, seu tempo histórico é determinado, em última instância, pelo modo com a sociedade periférica reage ao impacto dos dinamismos externos, negando-os, sancionando-os ou superando-os. Trata-se de um complexo processo social de reconstrução das estruturas e dinamismos capitalistas. Com efeito, a assimilação de progresso técnico difundido do centro depende da superação de deficiências técnicas, econômicas, socioculturais, institucionais e políticas; da adaptação das estruturas externas ao seu novo ambiente; da acomodação das estruturas “novas” e “velhas” dentro de

uma mesma situação de mercado; bem como da rearticulação dos mecanismos econômicos e políticos de dependência e dominação externas. Logo, dentro do leque de possibilidades aberto pelo sistema capitalista mundial, o sentido, o ritmo e a intensidade da assimilação de progresso técnico dependem de decisões políticas internas. Em outras palavras, o modo de participar no sistema capitalista mundial depende, em última instância, de decisões internas, que são condicionadas pelas estruturas extra-econômicas que definem as necessidades e os valores substantivos da sociedade nacional.

Preocupado em submeter a incorporação de progresso técnico ao controle da sociedade, Furtado mostra que o processo de acumulação só contribui para a formação de um sistema econômico nacional quando: (1) as necessidades que sobredeterminam o processo de modernização dos padrões de consumo são compatíveis com as potencialidades materiais do país, sendo, portanto, passível de ser difundido pelo conjunto da população; (2) a acumulação de capital preserva uma relação de adequação entre a composição técnica do capital e o modo de organização do mundo do trabalho compatível com o aparecimento de escassez relativa de trabalho; e (3) a participação no sistema capitalista mundial não sacrifica o controle da sociedade nacional sobre os fins e os meios do desenvolvimento nacional.

Como as economias periféricas não conseguem produzir progresso técnico, tendo de servir-se do patrimônio tecnológico controlado pelas economias centrais, o grau de liberdade das sociedades dependentes se restringe à sua capacidade de manipular as seguintes variáveis: (1) mudar a qualidade de suas “necessidades sociais”, estabelecendo um padrão de consumo compatível com o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas – fenômeno que exige rupturas socioculturais profundas; (2) escolher entre introduzir tecnologias de última geração ou difundir técnicas mais antigas; (3) modificar o modo de participação no sistema capitalista mundial, alterando qualitativamente o caráter das relações comerciais, produtivas e financeiras com as economias centrais e com as empresas transnacionais; e (4) alterar os parâmetros sociais e institucionais que regem a organização do mundo do trabalho mediante reformas na estrutura agrária, mudanças na duração da jornada de trabalho, regulação dos fluxos demográficos etc.

“NOVA DEPENDÊNCIA” E DILEMAS DA FORMAÇÃO

Para Furtado, a teoria da dependência – que estuda o modo como os nexos externos de subordinação econômica e política articulam-se internamente com o sistema de dominação social – é o arcabouço mais geral dentro do qual deve se inscrever o estudo da formação de sistemas econômicos nacionais na periferia da economia mundial. O cerne da análise de Furtado é mostrar a relação contraditória entre a situação de dependência e a construção da Nação.

Interessado em compreender o processo de industrialização na América Latina e no Brasil, as sínteses históricas de Furtado organizam-se em torno da difícil relação entre subdesenvolvimento e formação econômica. Em diálogo explícito com a tradição do materialismo histórico, ele nega a existência de qualquer lei de movimento que impulsiona a história. Na sua perspectiva, o movimento da história é indeterminado. “O subdesenvolvimento, como Deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social”, escreve em *Brasil: A Construção Interrompida*.

Na visão de Furtado, a globalização liderada pelas grandes empresas transnacionais, que ganha impulso a partir da segunda metade dos anos setentas, constitui uma perigosa ameaça aos fundamentos sociais, políticos e culturais da civilização burguesa. O problema fundamental decorre do fato de que, ao gerar uma grave crise social e um perigoso enfraquecimento do Estado nacional, a sociedade fica sem instrumentos para submeter o processo de valorização do capital a uma racionalidade substantiva que leve em consideração as necessidades e os valores culturais da coletividade. Portanto, com a transnacionalização do capitalismo, o mundo burguês estaria diante de uma delicada encruzilhada ética, pois, sem capacidade de controlar o sentido a ser dado à revolução tecnológica, o progresso poderia se voltar contra a própria humanidade. “Os avanços espetaculares da biotecnologia também estão exigindo um reexame profundo das relações entre fins e meios no que concerne à criação científica, pois o impacto desta no mundo real é cada vez mais imprevisível. É notório o caso das experiências de clonagem de células animais e das que se anunciam de seres humanos. Os investimentos que se orientam nessa direção são de grande monta. Ora, o avanço das ciências naturais, que tantos benefícios já trouxeram à humanidade, na fase atual ameaça a própria sobrevivência desta. Reproduz-se de forma insidiosa a saga das conquistas espetaculares da física nuclear, cujo saldo é uma ameaça potencial de destruição em escala desconhecida”.

Para Furtado, a globalização dá lugar a um marco histórico particularmente adverso para as economias periféricas. Isto porque a “nova dependência” não abre espaço para a industrialização periférica. Ao debilitar a capacidade de o Estado controlar as forças de mercado, enfraquecer a correlação de forças do trabalho frente ao capital e aumentar a distância entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, a transnacionalização do capitalismo solapa as bases dos centros internos de decisões e a coerência interna dos sistemas econômicos nacionais. Muito antes que a transformação da economia mundial tivesse atingido a dimensão alcançada na década de 80, em “*Prefácio à Nova Economia Política*”, Furtado já alertava para a adversidade da ordem internacional emergente. “A enorme concentração de poder que caracteriza o mundo contemporâneo – poder que se manifesta sob a forma de super-Estados nacionais e ciclópicas empresas transnacionais, uns e outros apoiados em imensos recursos financeiros, no controle da técnica e da informação e em instrumentos de intervenção aberta ou disfarçada de âmbito planetário – coloca a América Latina em posição de flagrante inferioridade, dado o atraso que acumularam as economias da região e as exíguas dimensões dos mercados nacionais. Dessa observação podemos inferir dois corolários. O primeiro é que o reencontro dos povos latino-americanos em um destino comum se imporá cada vez mais como idéia-força a todos aqueles que pretendam lutar contra o subdesenvolvimento e a dependência de nossos países. O segundo é que a idéia de reproduzir nesta parte do mundo a experiência de desenvolvimento econômico no quadro das instituições liberais, se configura cada vez mais como uma quimera para os observadores lúcidos de nosso processo histórico. Em face da transnacionalização da economia, a opção do *laissez faire* significa hoje em dia, em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, aceitar progressivamente a desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de entidade nacional. Convém acrescentar que essa desarticulação traz consigo o agravamento das desigualdades geográficas dentro de um mesmo país, concentração social da renda, marginalização de amplos segmentos da população, enfim, crescentes custos sociais”.

A crise da dívida externa, a agressiva política dos Estados Unidos de colonialismo cultural e a incontestável hegemonia do neoliberalismo viriam a exacerbar a adversidade do marco histórico. A armadilha do endividamento externo comprometeu a capacidade de as economias periféricas preservarem o controle sobre os centros internos de decisão. Ao franquear o caminho para uma inserção hierarquizada na divisão internacional do trabalho, a tutela da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica abalou a posição do mercado interno como eixo dinâmico da economia e implicou um tipo de alocação de recursos que vem comprometendo a coerência sistêmica da economia nacional. O vigor do processo de difusão dos valores da sociedade norte-americana exacerbou a dependência cultural dos povos da periferia. Os avanços nas áreas de comunicações e transportes levaram ao paroxismo a tendência de as classes médias e altas dos países periféricos copiarem os padrões de consumo e comportamentos vindos do centro hegemônico. Por fim, a sacralização do mercado como princípio organizador da sociedade paralisa os centros nacionais de decisão. Donde a importância de uma crítica radical a apologia do mercado. “A luta contra as ambigüidades da doutrina monetarista – escreve Furtado em *A Nova Dependência* – exige uma crítica da prática do desenvolvimento periférico na fase de transnacionalização. O que está em jogo é mais do que um problema de desmistificação ideológica. Temos que interrogar-nos se os povos da Periferia vão desempenhar um papel central na construção da própria história, ou se permanecerão como espectadores enquanto o processo de transnacionalização define o lugar que a cada um cabe ocupar na imensa engrenagem que promete ser a economia globalizada do futuro. A nova ortodoxia doutrinária, ao pretender tudo reduzir à racionalidade formal, oblitera a consciência dessa opção. Se pretendemos reavivá-la, devemos começar por restituir à idéia de desenvolvimento o seu conteúdo político-valorativo”.

BRASIL: A CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA

Ao examinar o processo histórico brasileiro, Furtado diferencia dois momentos. Até o final da década de setenta, predomina o vetor positivo da construção da Nação. *Formação Econômica do Brasil* mostra que, avançando pela linha de menor resistência, um conjunto de circunstâncias históricas muito particulares, externas e internas, permitiu que a industrialização subdesenvolvida fosse levada ao paroxismo. O Brasil teria se constituído, assim, em um dos casos exemplares das potencialidades e perigos do subdesenvolvimento. Perigos que se manifestaram com toda força sob a forma de uma extrema vulnerabilidade da economia brasileira às vicissitudes da ordem global. A subordinação da industrialização à lógica da modernização dos padrões de consumo manteve o país nos marcos do subdesenvolvimento. Assim, o imenso progresso econômico verificado a partir na segunda metade do século XX acentuou as “tendências atávicas da sociedade ao elitismo e à exclusão social”. O modelo econômico da ditadura militar reforçou o mimetismo cultural e estimulou um processo de endividamento externo que acabaria imobilizando os centros internos de decisões, condenando o país à tutela do FMI. Por fim, na década de noventa, a hegemonia avassaladora da ideologia neoliberal fez prevalecer uma concepção de estabilidade monetária que sacrificou o crescimento econômico e uma concepção de organização da vida econômica que, ao negar o planejamento, deixou a sociedade à reboque da estratégia de valorização do capital das grandes empresas transnacionais. Assim, conclui Furtado, em um de seus últimos livros, *“Em Busca de Novo Modelo”*, “seria leviandade desconhecer que enveredamos por um caminho que nos conduz a um grave impasse”.

Na visão de Furtado, a impotência diante de um marco histórico extraordinariamente adverso, gerado pela transnacionalização do capitalismo e pela crise da dívida externa, teria colocado o futuro do Brasil em xeque. Em *“Brasil: a construção interrompida”*, Furtado resume de maneira dramática a encruzilhada histórica em que se encontra a sociedade brasileira: “Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação”.

EM BUSCA DE NOVO MODELO

Preocupado em abrir novos horizontes para a sociedade brasileira, durante meio século, Furtado foi uma das principais referências ideológicas das forças políticas que se aglutinavam em torno das bandeiras nacionais e democráticas. Suas proposições indicam as rupturas indispensáveis, externas e internas, para a superação do subdesenvolvimento. Em sua essência, a agenda de reformas proposta - sistematizadas em *“Uma Proposta para o Brasil”* - continua surpreendentemente atual.

Republicano, na melhor acepção do termo, Furtado buscava uma alternativa que permitisse às sociedades latino-americanas superar a asfixiante influência dos Estados Unidos sem romper com o capitalismo. Seu esforço era encontrar um caminho entre o receituário liberal, incompatível com a industrialização das economias dependentes, e o socialismo revolucionário, que pregava a ruptura radical com o capitalismo. Ao discutir as opções do Brasil no início da década dos sessenta, em seu livro a *“Pré-Revolução Brasileira”*, Furtado formulou com muita clareza seu horizonte político-ideológico: “O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos esse objetivo, a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrirão caminho, escapando a toda possibilidade de previsão e controle”.

Consciente das dramáticas limitações impostas pela transnacionalização do capitalismo, Furtado nunca se iludiu com a possibilidade de um neoliberalismo menos regressivo. Foram inúmeras as advertências de que existe um antagonismo inconciliável entre o padrão de estabilidade de preços imposto pelo Consenso de Washington e a possibilidade de políticas públicas que priorizem gastos sociais com habitação, educação e saúde. Neste aspecto, seu raciocínio é cristalino. A elevada magnitude de despesas financeiras com o serviço da dívida externa e a lógica do ajuste fiscal

permanente simplesmente comprometem o crescimento econômico e inviabilizam as políticas públicas, fazendo com que o Estado se transforme em refém de seus credores externos e internos.

A constatação de que o processo de construção nacional encontra-se ameaçado, põe na agenda a necessidade de uma profunda ruptura com a ordem neoliberal. Para Furtado, a superação do neoliberalismo exige coragem de romper com o *status quo* e criatividade para abrir novos caminhos. Na sua visão, a criatividade origina-se de duas fontes. Por um lado, a inovação é gerada pela presença de intelectuais críticos, capazes de nadar contra a corrente e enxergar as transformações inscritas na realidade que signifiquem ruptura efetiva com a ordem estabelecida e abertura de novos horizontes para a sociedade. Por outro, as inovações dependem de processos culturais enraizados no povo. Por essa razão, considera que uma superação da crise que ameaça o futuro do Brasil só será possível se houver uma ampla participação popular no processo político brasileiro. “Somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva – afirma Furtado em *“Em Busca de Novo Modelo”* – poderá produzir a superação d impasse. Ora, essa vontade coletiva requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos que enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação”.

O ponto de partida do processo de ruptura com o neoliberalismo – a política econômica do neocolonialismo - é libertar o País do jugo da comunidade financeira, desatando a armadilha da dívida eterna. Trata-se de recuperar o poder de negociação com os credores internacionais, decretando uma moratória e centralizando o câmbio. *“Em busca de novo modelo”*, Furtado resumiu a questão nos seguintes termos: “Temos de nos entender com o sistema financeiro internacional, para reduzir a transferência de juros ao exterior, e assim retomar o investimento interno. Há que se chegar a uma moratória negociada, o que exigirá coragem e um projeto bem definido. Se o governo atual já não reúne tais condições, esperemos que o próximo as reuna. O fundamental é que o país saia do marasmo”.

Engajado de corpo e alma na luta pela construção da Nação, Furtado encarnou como ninguém as utopias e as frustrações do Nacional Desenvolvimentismo. Impermeável a modismos, combateu até o fim de todas as formas de colonialismo. Vitorioso na vida, sofre duras derrotas políticas. As esperanças despertadas pela campanha pelas reformas de base foram soterradas pelas baionetas da ditadura militar. As ilusões geradas pela idéia de que o fim da ditadura militar descongelaria a história, abrindo espaço para as reformas, foram rapidamente desfeitas pela total incapacidade de a Nova República desvencilhar-se da tutela dos organismos financeiros internacionais e resistir ao avanço avassalador da ideologia neoliberal.

As derrotas políticas e a situação de forte isolamento intelectual não abalaram sua disposição de combate e seu otimismo em relação ao futuro do Brasil. Na epígrafe de seu livro *“Brasil: A Construção Interrompida”*, escrito no início dos anos noventa, no bojo do neoliberalismo triunfante,

Furtado reconheceu, não sem uma pitada de auto-ironia, a adversidade do momento histórico: “Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da platéia, quando não o desprezo de seu silêncio. Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevisas que requerem a pureza de alma de um Dom Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a História ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar”.

Furtado não teve tempo para ver o Brasil com que tanto sonhou e para o qual tanta energia dedicou. A adesão incondicional dos governos FHC e Lula ao neoliberalismo fechou o ciclo de ilusões em relação à possibilidade de “civilizar” o capitalismo brasileiro. As derrotas de todas as iniciativas de “reformas” progressistas das últimas cinco décadas não deixam margem a dúvidas. Florestan Fernandes estava correto quando alertava que, depois de 1964, o Estado burguês passou a funcionar no Brasil como uma contra-revolução permanente. Quase que como um aviso, Furtado nos deixa exatamente no momento em que fica cada dia mais claro de que um Brasil democrático e soberano só é possível nos marcos do socialismo.